



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A OCUPAÇÃO EFETIVA DO TERRITÓRIO E O CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS NO MATO GROSSO – 1980 A 2007

Marines Orlandi (UNIOESTE) - marinesorlandi@gmail.com

Administradora, professora do Departamento de Administração - UNEMAT/Sinop-MT.

Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE) - jandir@unioeste.br

Economista, professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - UNIOESTE/Toledo-PR.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva do Estado do Mato Grosso após a década de 1980. Com isso, mostrar como as microrregiões do Estado do Mato Grosso alocaram sua mão-de-obra formal e estruturaram suas atividades produtivas. Para a análise, foram pesquisados os 141 municípios do Estado, organizados em 12 microrregiões distintas.

Vale ressaltar que até o início do século XX, o território mato-grossense constituía-se numa das regiões pouco conhecidas do território brasileiro. Nesse período, o cenário econômico do Mato Grosso resumia-se a exploração de diamantes e ouro e a pecuária, que ocorria paralela ao processo extrativista madeireiro.

No século XX, acentuam-se os ciclos econômicos com a industrialização da cana-de-açúcar, que tem sua decadência em meados de 1940. Mas, concomitante com a decadência desse ciclo, ressurgiu o 2º ciclo do diamante, no leste mato-grossense, que estimula a atração de imigrantes, surgindo núcleos populacionais que, depois, transformaram-se em cidades. (SIQUEIRA, 2002; MORENO e HIGA, 2005).

Após 1940, com a expansão da fronteira agrícola, o território Mato-grossense, passa a ser atrativo em função da disponibilidade de terras, custos baixos de produção e o preço acessível dos terrenos, estimulando as migrações, principalmente do Sul e Sudeste do Brasil, com uso efetivo da terra para a produção de commodities. Isso consolida a fronteira agrícola (BECKER, MIRANDA e MACHADO, 1990).

A partir de então, a nova forma de pensar a produção (produtividade em escala para comercialização), é advinda das novas tecnologias, de mudanças organizacionais, inserção de novos produtos, fortalecendo novas áreas a serem incorporadas efetivamente ao sistema produtivo mundial, alterando a lógica espacial preexistente (ARRUDA, 2007). A nova lógica que se configura, na fronteira agrícola contemporânea mato-grossense, está relacionada às mudanças no padrão técnico-produtivo da produção agropecuária brasileira e às vantagens comparativas locais. Isso estimula a fragmentação do território em novos espaços urbanos e de assentamentos humanos.

Higa e Moreno (2005), informam que o antigo Mato Grosso, no ano de 1977, era formado por 93 municípios, com 1.231.549 km². Após a divisão territorial, Mato Grosso passou a ter 38 municípios em uma área de 903.357,908 km² (IBGE, 2009). Por sua vez, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso (SEPLAN, 2008), informa que o Estado, em 1980, constava com 55 municípios; em 1990, com 95 e em 2007, possuía 141 municípios em seu território.

Nessa expansão de territórios urbanos, houve também um crescente populacional: em 1980, o Mato Grosso constava com 654.952 habitantes; em 1991 já possuía 1.485.110 habitantes, e, no Censo de 2000, foi identificado 1.985.590 habitantes no Estado. Em 2010, o IBGE apontou 2.954.625 habitantes. Esses números reforçam a atratividade do Estado, que foi evidenciado pelo Censo de 2000, pois dos 10 municípios da Região Centro-Oeste com as maiores taxas de crescimento, 8 deles estavam no Mato Grosso. (IBGE, 2001). Com essa dinâmica territorial se consolidando, ocorreram mudanças na localização dos pólos econômicos e consolidação de uma nova estrutura produtiva (MORENO; HIGA, 2005).

Assim, para desenvolver o objetivo ora proposto, além da revisão bibliográfica, foi realizado o levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, efetuadas principalmente nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios e o do emprego formal, a partir do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. Contribuindo para a compreensão da situação socioeconômica regional, também foram usados dados e informações em relatórios e anuários produzidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato Grosso (SEPLAN).

Portanto, esse estudo torna-se importante para compreender a dinâmica deste crescimento das atividades econômicas das microrregiões mato-grossense, especialmente por disponibilizar dados e informações para pesquisas, tanto no âmbito acadêmico como social. Apesar do Mato Grosso ter avançado em seu crescimento (econômico e social) nas últimas três décadas, ainda são poucas as identificações e análises de dados, principalmente em aspectos econômicos, que venham corroborar em sugestões e contribuições às políticas efetivas de crescimento e desenvolvimento local e regional.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A delimitação da área de estudo foi definida a partir da classificação de das Microrregiões Geográficas do Estado do Mato Grosso, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As Microrregiões Geográficas são os conjuntos de municípios próximos definidos como partes das mesorregiões, apresentando especificidades na organização do espaço, entre as quais sua estrutura de produção, resultante da presença de aspectos naturais, relações sociais e econômicas específicas. Também tem o intuito de oferecer elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do Estado, vista em sua escala regional.

As 12 Microrregiões Geográficas do Estado são: Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Norte Araguaia, Médio Araguaia, Canarana, Paranatinga, Sinop, Arinos, Parecis, Alto Guaporé, Tangará da Serra, Jauru, Alto Pantanal, Cuiabá, Rosário Oeste, Rondonópolis, Alto Araguaia, Tesouro, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Alto Paraguai.

A compreensão da dinâmica regional foi feita, tendo por base o emprego formal por setor econômico das microrregiões, coletada na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho. Tal variável representa um bom indicador, pois reflete o perfil de emprego, observando aspectos de seguridade social e direitos trabalhistas. Nesse aspecto, a expansão e criação de mais postos de trabalho formais se refletem na dinâmica econômica, com expansão da renda proveniente de salários e o acesso da população a Previdência Social.

Como a intenção do estudo é analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva no Estado do Mato Grosso, o espaço temporal (1980 a 2007), dá-se em virtude da disponibilidade de dados do IBGE. Entretanto, com relação aos dados do mercado de trabalho formal, os mesmos foram coletados no período de 1985 a 2007, a fim de que houvesse padronização na coleta comparada das informações.

Para a estimativa do perfil locacional, utilizou-se o quociente de localização (θ). O QL compara a participação percentual do emprego formal setorial de um município com a sua participação no percentual a microrregiões do Estado do Mato Grosso como um todo. Para tal, foram definidos os setores econômicos (primário, secundário e terciário), e o emprego (E) nesses setores, como variável, em que se considere E_{ij} o emprego no setor i do município j . O padrão de concentração ou dispersão do emprego é estimado a partir de

$$\theta_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}}$$
, em que $\theta \geq 1$ indica uma forte localização do emprego. A partir

desse resultado pode-se generalizar a localização para média ($0,50 \leq \theta \leq 0,99$) ou fraca ($\theta < 0,50$) (FERRERA DE LIMA e EBERHARDT, 2010; FERRERA DE LIMA, et al, 2009). O $QL \geq 1$, do emprego num setor específico em relação as outras microrregiões. Indica também a especialização e a tendência à concentração da atividade econômica em relação ao conjunto das microrregiões.

3. TERRITÓRIO E OCUPAÇÃO: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE E O PERFIL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em virtude das várias facetas que se identifica um espaço territorial, é comum discussões da região como espaço político, tendo essa análise um viés físico, delimitado pelo Estado em suas políticas públicas de ocupação e interesses. Há também a perspectiva de região vista pelo componente espacial, entre ações para integração entre culturas, atividades econômicas e projeções de autonomia e direitos. Essas duas vertentes, evidenciam que “região (...) existe como um quadro de referência para a população que aí vive” (GOMES, 1995, p.57).

Benko (1999) comenta que região é produto do inter-regionalismo, expondo a idéia de diferenciação entre a formação das regiões, identificadas por características distintas entre si, que caracterizam e diferenciam um espaço territorial. Diferencia as potencialidades, evidenciado por novas estratégias de crescimento para o desenvolvimento. Nisso, reforça-se a disputa entre o local e o global na regionalidade espacial de um país.

Com a visão de que região é a parceria entre os aspectos físicos e de relações humanas, fica claro a compreensão do conceito de território, visto como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p.78). Esse conceito de território nasce como espaço concreto, apropriado e ocupado por um grupo social, que a partir dessa ocupação, gerará raízes e sua identidade até o momento que esse grupo social não pode ser visto sem seu território, pela caracterização do espaço concreto em identidade sócio-cultural. Claude Raffestin reforçou que o poder advém das relações e sua interpretação no território geográfico, que, por sua vez, suas relações geram injustiça e sofrimento (SAQUET, 2009)

Esse fato gera o poder: as modificações espaciais efetuadas pelo grupo social modifica o território, transformando-o e o enraizando nas formas de relações sociais e econômicas. Eduardo (2006, p.178), reforça essa concepção, ao afirmar que território é a multidimensionalidade interagida: a política, a economia, a cultura e natureza estão “imbricados relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social”. Reforça que os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social.

Na perspectiva de Becker (2010), este poder advém das relações do Estado e do capital, caracterizando-se como aspecto multidimensional. Então, classifica-se este

multidimensionalismo sob duas divisões da relação território e poder: território como o espaço da prática e territorialidade como forma de manifestação das relações de poder.

Por sua vez, a ocupação da fronteira se dá pela expansão territorial do e no espaço regional. Flores (2000), afirma que a idéia de região tem duas vertentes: uma, como parte de um todo - visão que implica limites e fronteiras – e outra, de sua fundação, por características étnicas, religiosas ou políticas. E por ter essas vertentes, complementares entre si e nem por isso, integradoras, causa diferenças entre uma população e seus valores, pois parte do princípio de fragmentação da identidade e perda de sua substância desse ator social. (JIMENO, 2000). Esta fragmentação do pensamento e valores dos atores sociais, como também a fragmentação do território em si, desencadeia, em muitos casos, processo de violência, tanto na forma de luta de classe como a violência do “nós” se sobrepondo ao “eu”. Nisso, reforça-se a percepção do fenômeno regional como construção social e econômico, como aspectos de identidades de grupos, na perspectiva que o sentimento de nação passa antes pelo sentimento e ações de região.

Esta visão é exposta também por Becker (2001), que afirma o papel do Estado e de aspectos tecnológicos como fatores determinantes para a produção de fronteira haja vista ser considerado um espaço em incorporação com alto potencial político, sofrendo fatores como do capital, a força de trabalho, a rede urbana de ocupação do espaço e formação de regiões, fatores este que determinam o poder local desse território.

Com estes objetivos expansionistas à baila na atual conjuntura, há pressões para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Becker (2005) complementa que estas pressões sobre o Estado e seus territórios estão ligadas à revolução científico-tecnológica e da comunicação e sua circulação no planeta, com uso de redes e fluxos que configuram espaços-tempos diferenciados.

3.1. A OCUPAÇÃO POPULACIONAL MATO-GROSSENSE: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO

Enquanto a fronteira é objeto permanente da preocupação dos Estados no sentido de controle e vinculação de indivíduos e riqueza de povos e país, por outro lado, a fronteira é fator de integração. Isso na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e econômicas. Porém, o espaço fronteiro pode impor limites para essa integração. Pela perspectiva do Grupo Retis (2003), o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece

como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

E neste aspecto, Martins (2001), descreve a visão de limite como fator de separação que deve ser superada para a integração, afirmando que a unidade política e territorial brasileira foi uma preocupação constante das elites políticas no período de formação do Estado no Brasil e continuou sendo em todo o período Republicano. Isso vem confirmando-se que a divisão do território é prática constante no Brasil, onde iniciou entre 1534 e 1536 e segue até o final do Século XX, com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, entre outras (SEPLAN, 2008).

Para Martins (2001), essas ações de criação, separação ou fragmentação do espaço territorial vêm argumentadas com o princípio de integração, de fortalecimento de estados e/ou regiões, em função da imensidão territorial, suas diferenças regionais, o adensamento populacional, o abandono de estados em detrimento de outro, como também aspectos que envolvam a representação política.

A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), já apontava em 1953, áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, como novos espaços a serem incorporados ao processo produtivo nacional, que se concretizaram em 1964, na política nacional de ocupação, estruturada e regulamentada pelo Decreto Federal nº 59.428/66, que conciliou a ocupação das terras com a expansão espacial do capital na Amazônia (ARRUDA, 2007). Isso confirma o processo intervencionista do Estado na ocupação das fronteiras do Brasil.

Siqueira (2002) e Moreno e Higa (2005), informam que é no período de 1970 a 1990 que se acentuam, no Mato Grosso, as políticas federais de colonização e expansão espacial, denominadas por muitos, como política espacial do capital, representada pelas políticas de colonização. Isso ocorre em virtude da política de Getúlio Vargas, com a ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste, fomentando a “Marcha para o Oeste”, que trouxe ao Mato Grosso, produtores agrícolas do Sul e Sudeste do país. A vinda desses “colonos” tinha por objetivo ocupação e posse do território como suporte da economia nacional.

Para que houvesse a efetivação da ocupação espacial nesse território, foram implantados projetos oficiais e particulares de colonização nas áreas federalizadas, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso, a União passou a ter sob seu domínio cerca de 60% das terras devolutas do Mato Grosso. Com a criação de projetos advindos da política federal de ocupação, o Estado chegou a ter entre 1970/1980, 234 projetos de “colonização empresarial”. Deste, 215 eram agropecuários, financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que do montante para essa ocupação, 31,12% dos seus recursos eram destinados ao Mato Grosso (SIQUEIRA, 2002).

A Figura 1 representa o espaço geográfico de delimitação para a ocupação fomentada pelas políticas federais e estaduais de colonização. O Mato Grosso teve sua ocupação de “fronteira”, por políticas de integração e ocupação. As mesmas ocorrem para suprir demanda de matéria-prima para indústria e para produção de matéria-prima à exportação. (BECKER, 2005; MORENO e HIGA, 2005)

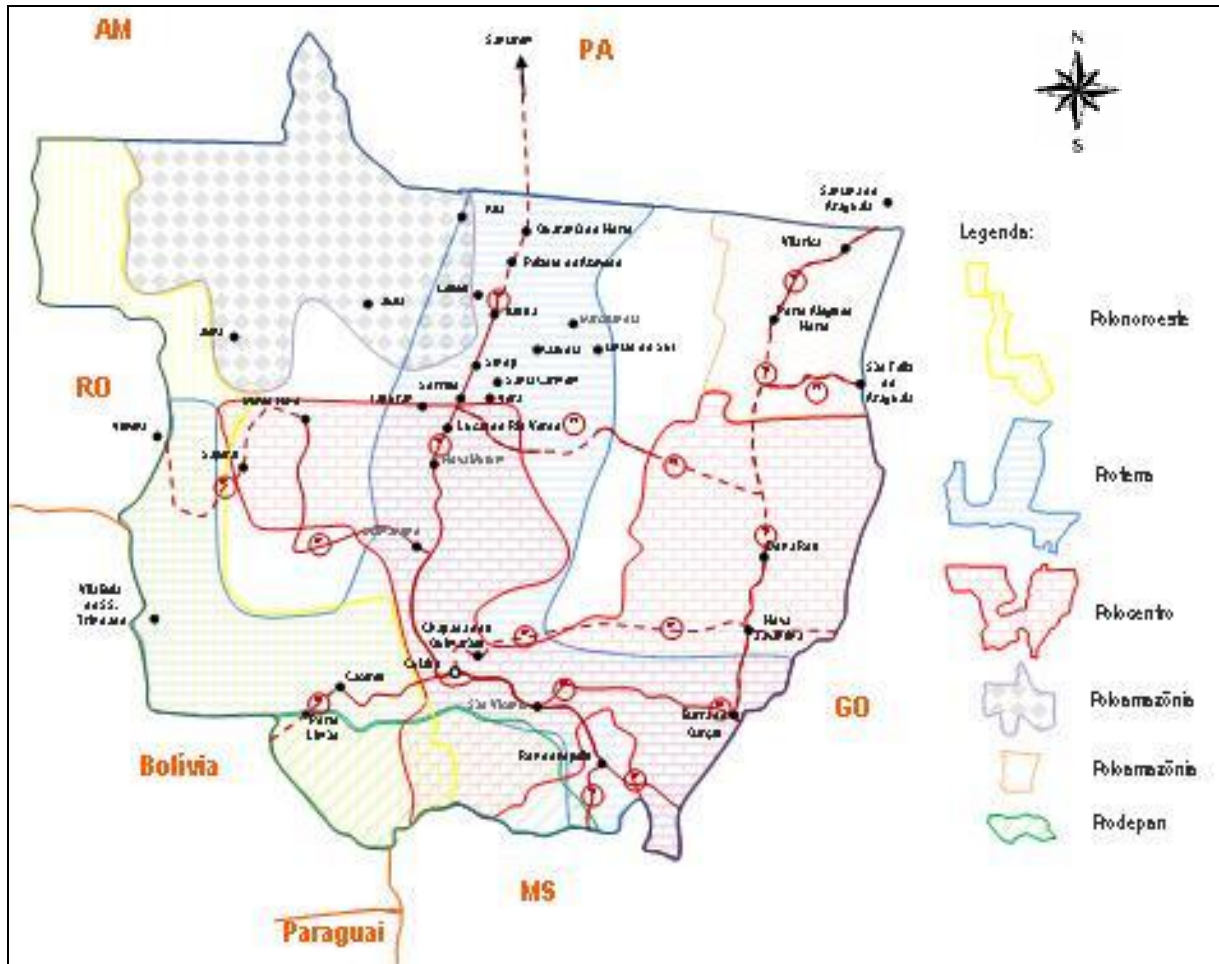


FIGURA 1 – PLANOS/PROGRAMAS E RODOVIAS* IMPLANTADAS PELO GOVERNO FEDERAL NAS DÉCADAS DE 1970-80 – MATO GROSSO

Fonte: Adaptado de Moreno e Higa (2005)

Assim, o crescimento populacional do Mato Grosso se deu sob o estímulo da política expansionista da fronteira agropecuária. O estado tornou-se alvo atrativo de pessoas que migraram de diferentes regiões do país em busca de terras e trabalho. Moreno e Higa (2005) relatam que, para isso, houve ações que integraram a região, principalmente no final da década de 1970 e na década de 1980: construção de rodovias federais (BR-163; BR-070 e BR-364); projetos de colonização (iniciativa privada e pública); o baixo preço da terra agricultável; programas federais de incentivos fiscais (Sudam, Sudeco) e de desenvolvimento regional, vinculados ao Plano Nacional de Desenvolvimento Nacional I e II (Proterra, Poloamazônia, Polocentro).

Anos	População Mato-grossense		População Brasileira	
	Total	TCR (%)*	Total	TCR (%)*
1940	193.625	–	41.236315	–
1950	212.649	9,82	51.944.397	25,97
1960	330.610	55,47	70.992.343	36,67
1970	598.879	85,38	94.508.583	33,13
1980	1.138.691	85,79	121.150.573	28,19
1990	2.027.231	78,03	146.917.459	21,27
2000	2.504.353	22,76	169.799.170	15,57
2009**	3.001.692	19,86	191.750.100	12,93

* TCR: Taxa de Crescimento Relativo - ** Dados Parciais do ano de 2009

Nota = Dados antes de 1977, relativos somente ao território de Mato Grosso

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL – MATO GROSSO E BRASIL – (1940 A 2009)

Fonte: Machado; Borba e Orlandi (2010). Adaptado de Moreno e Higa (2005, p. 73)/ baseado em Censos Demográficos do IBGE.

Ao observar a Tabela 1, nota-se que a população do Estado do Mato Grosso teve um salto de crescimento substancial nas décadas de 1970 e 1980, período de maior poder de interferência do Estado, com implementação de políticas públicas de fomento à ocupação e integração do espaço nacional. Em 1980, houve recorde de crescimento populacional, com aumento de 85,79% em relação à década anterior, com 1.138.691 habitantes, onde na década 1970, Mato Grosso possuía 898.879 habitantes (HIGA e MORENO, 2005).

Essa ocupação do Estado do Mato Grosso tem sua concentração populacional nas áreas rurais do Estado, em decorrência das políticas de colonização fortemente vinculadas a ocupação e integração do espaço, principalmente até o final da década de 1980. E neste período já mostra que a região sul do Estado teve um comportamento locacional da população diferenciado, visto na microrregião de Cuiabá e Rondonópolis.

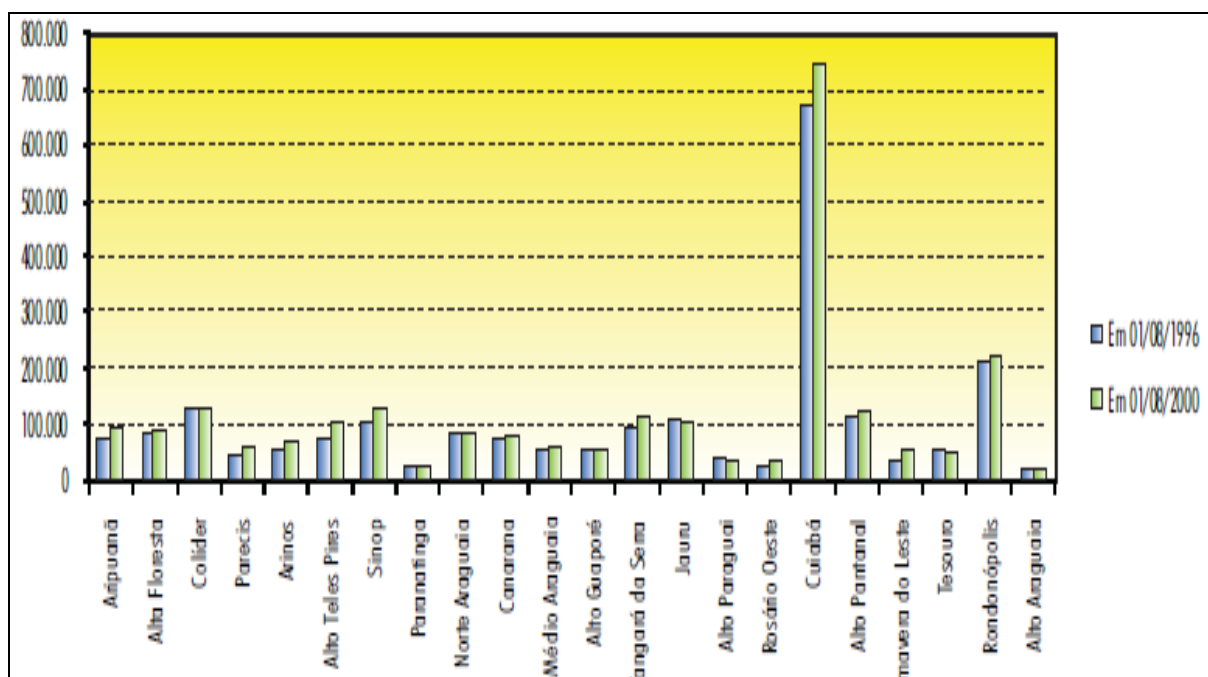


GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR MICRORREGIÃO – MATO GROSSO – 1996/2000

Fonte: Anuário Estatístico – SEPLAN (2008)

No séc. XVII, a microrregião Cuiabá, teve sua efetiva ocupação a partir da chegada dos bandeirantes que por ali passavam na busca de índios e captura negros fugitivos e, posteriormente, com a descoberta de jazidas de diamantes existentes nos rios e serra da região, fez com que houvesse na região sul e sudoeste o maior adensamento populacional do atual Estado do Mato Grosso, situação que vem perdurar até meados do século XX (SIQUEIRA, 2002). Após a década de 1970, quando da implementação das políticas públicas para ocupação efetiva de todo o Estado, esta microrregião também recebeu grandes contingentes populacionais de sulistas e paulistas pela proximidade com o atual Estado do Mato Grosso do Sul e do Estado de São Paulo, onde inicia outro pólo de crescimento da população: a microrregião de Rondonópolis.

3.2. O PERFIL DA LOCALIZAÇÃO DO EMPREGO NO MATO GROSSO

Crescimento econômico esta relacionado à distribuição espacial da população. E isso ocorre em função de uma lógica simples: o fator econômico relaciona-se com duas vertentes: produção (relação social) e recurso (força de trabalho). (SINGER, 1982)

Por sua vez, Lui e Molina (2009) defendem que depois do processo inicial de colonização, a ocupação mais intensiva da região depende da descoberta e/ou realização de alguma atividade com potencial lucratividade.

Tais fatos ficam evidenciados na microrregião de Cuiabá, que engloba as cidades de Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá e Várzea Grande. Esta última é unificada em sua malha urbana com a capital, Cuiabá, que, em consequência da dessa característica, possuem juntas, 698.644 habitantes (CENSO, 2010). Por outro lado, ao se observar os Censos de 2000 e 2010, vê-se um decréscimo populacional dessa microrregião, em torno de 100.831 habitantes. Tal fato ocorre ao mesmo tempo em que outras microrregiões do Estado começam a ter crescimento populacional advindo das políticas migratórias do governo federal e estadual (SIQUEIRA, 2002). Esse crescimento da população fica evidenciado em microrregiões como Médio Araguaia, Alto Araguaia, Sinop, Tangará da Serra, Primavera do Leste, entre outras, localizadas no centro-sul e norte do Mato Grosso.

Para que houvesse efetivamente uma ocupação para a produção no Estado, houve a implementação de políticas de acesso e integração entre as regiões brasileiras às regiões

do Estado do Mato Grosso. Isso se deu com melhorias na malha rodoviária, à expansão das telecomunicações, à abertura de novas fronteiras agrícolas, as quais proporcionaram a criação de mais núcleos urbanos em ocorrência de um intenso fluxo migratório oriundos de varias regiões do país, como também de fluxo migratório entre as regiões do Estado do Mato Grosso (ARRUDA, 2007). Também se observam que a partir de 1997, o sul do Mato Grosso, tem seu adesamento populacional fortalecido pelas microrregiões Rondonópolis e Primavera do Leste. Isso se visualiza na representação das Figuras 2, 3 e 4.

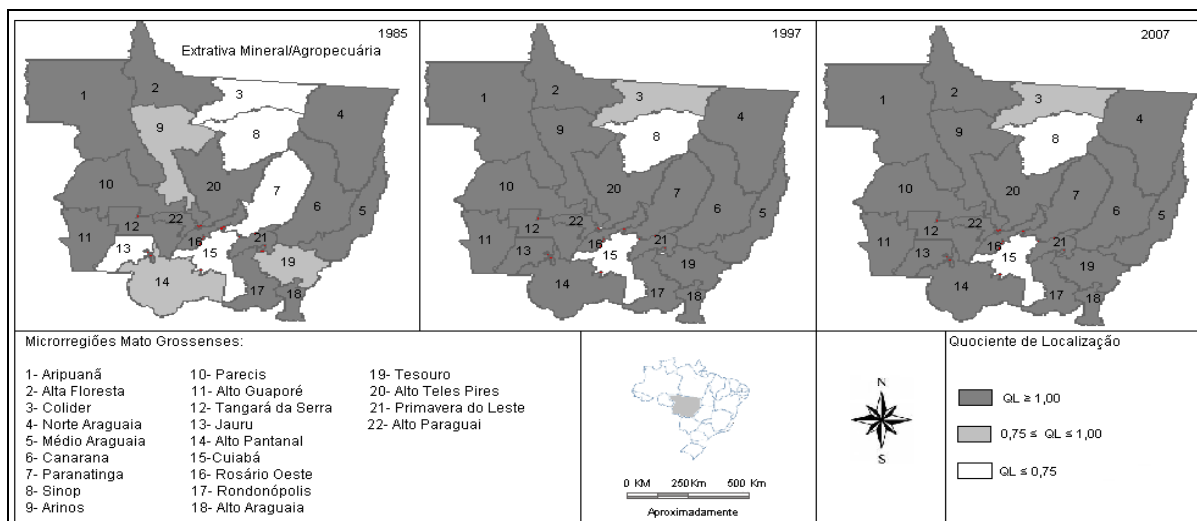


FIGURA 2 - PERFIL LOCACIONAL (QL) DA OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO MATO GROSSO – SETOR PRIMÁRIO (1985 A 2007)

Fonte: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/MTE

Chama a atenção a mesorregião norte mato-grossense, que possui 8 das 22 microrregiões do Estado, no qual até meados de 1980 ainda era uma região pouco povoada em virtude das dificuldades territoriais que ai se projetavam, como densa floresta, clima adverso, problemas fundiários entre outros. Essa situação começa a ser alterada no período subsequente.

No período de 1985 a 2007 (FIGURA 2), porém, as microrregiões de Sinop e Colíder, já possuem uma fraca e média concentração das atividades primárias dos setores de extrativismo mineral e do segmento agropecuário, respectivamente, diferentemente das demais microrregiões próximas. Isto ocorre porque foram as primeiras regiões implementadas pelos programas federais de colonização, com participação ativa das colonizadoras que facilitaram o acesso à região pela ajuda federal e estadual em incentivos fiscais e regularização fundiária (MORENO e HIGA, 2005).

Segundo Moreno (2005), enquanto a pecuária extensiva ocorre nos cerrado mato-grossense, o rebanho bovino se concentra na região Norte mato-grossense, sendo Juara o maior produtor dessa região, destacando-se ainda Alta Floresta, Juína e Colíder. Por sua vez, a agricultura atual na região Norte mato-grossense apresenta alto nível tecnológico,

constituindo-se como atividade importante em alguns municípios da região [em especial nos municípios-pólos do Norte de Mato Grosso].

Essa dinâmica territorial se destaca em decorrência da política de colonização para a ocupação dos “espaços vazios”, efetivadas pelas colonizadoras privadas, em consonância e interferências das políticas governamentais, em sua maioria. As colonizadoras definiram em suas ações de inserção dessas regiões, no caso, as suas cidades principais, como cidades-pólos em oferta de infraestrutura para a população regional que por lá se fixavam, principalmente com a cidade de Sinop, com oferta e referência em assistência técnica, financeira, educacional e médica. (MORENO e HIGA, 2005; SEPLAN, 2008).

Ao observarmos a representação da Figura 2, fica evidente que após 1997, o Estado do Mato Grosso possui uma mudança significativa no comportamento populacional em virtude de exploração das atividades extrativistas minerais e na agropecuária. Regiões que até esse período possuíam um baixo desenvolvimento da mão-de-obra formal nessas atividades (microrregião de Paranatinga e de Jauru), migram para o crescimento na década posterior, alcançando uma referência em maior emprego formal nessa atividade ($QL \geq 1,00$). As microrregiões Arinos, Alto Pantanal e Tesouro, na década de 1985, possuíam seu QL médio ($0,75 \leq QL \leq 1,00$) no setor primário.

No caso da Microrregião 9 (Arinos), ao norte do estado, possuía até a década de 1990, como atividade econômica principal a exploração madeireira. Entretanto, desse período até 2002, o município de Juara (cidade-pólo da microrregião), é referência em serviços, mas as cidades que compõem a microrregião tem sua economia baseada na atividade pecuária (BORBA, 2009).

Por outro lado, a microrregião de Colíder, tem uma média concentração de mão-de-obra formal no setor primário, evidenciada até 1997 ($0,75 \leq QL \leq 1,00$), em decorrência das cidades de Peixoto de Azevedo e Apicás, com a redescoberta da atividade de mineração, que trouxe grandes fluxos migratórios, principalmente vindos da região norte do país. Essa atividade também é evidenciada na microrregião de Paranatinga, com a descoberta e exploração de jazida de fosfato e de calcário em Nova Brasilândia. Por sua vez, a microrregião de Jauru tem sua economia baseada na pecuária de corte e leiteira, servindo de matéria-prima para frigoríficos da região, diferentemente da microrregião de Cuiabá, que prevalece Serviços de Administração Pública (atividade secundária), também em detrimento de localização da capital do Estado: Cuiabá. Já Rondonópolis e Primavera do Leste tem a economia baseada na indústria de transformação e no agronegócio, respectivamente.

No caso das microrregiões de Jauru e Alto Guaporé, a formação de mão-de-obra formal é baixa à média na atividade extrativa e agropecuária até a década de 1990. Após, a implantação de frigoríficos de abates bovinos, a região migrou para uma alta concentração de mão-de-obra na atividade pecuária. Essas duas microrregiões são referências a partir de

1985, na oferta de mão-de-obra formal no setor secundário, principalmente em Serviços Industriais de Utilidade Pública e a indústria de transformação (FIGURA 3).

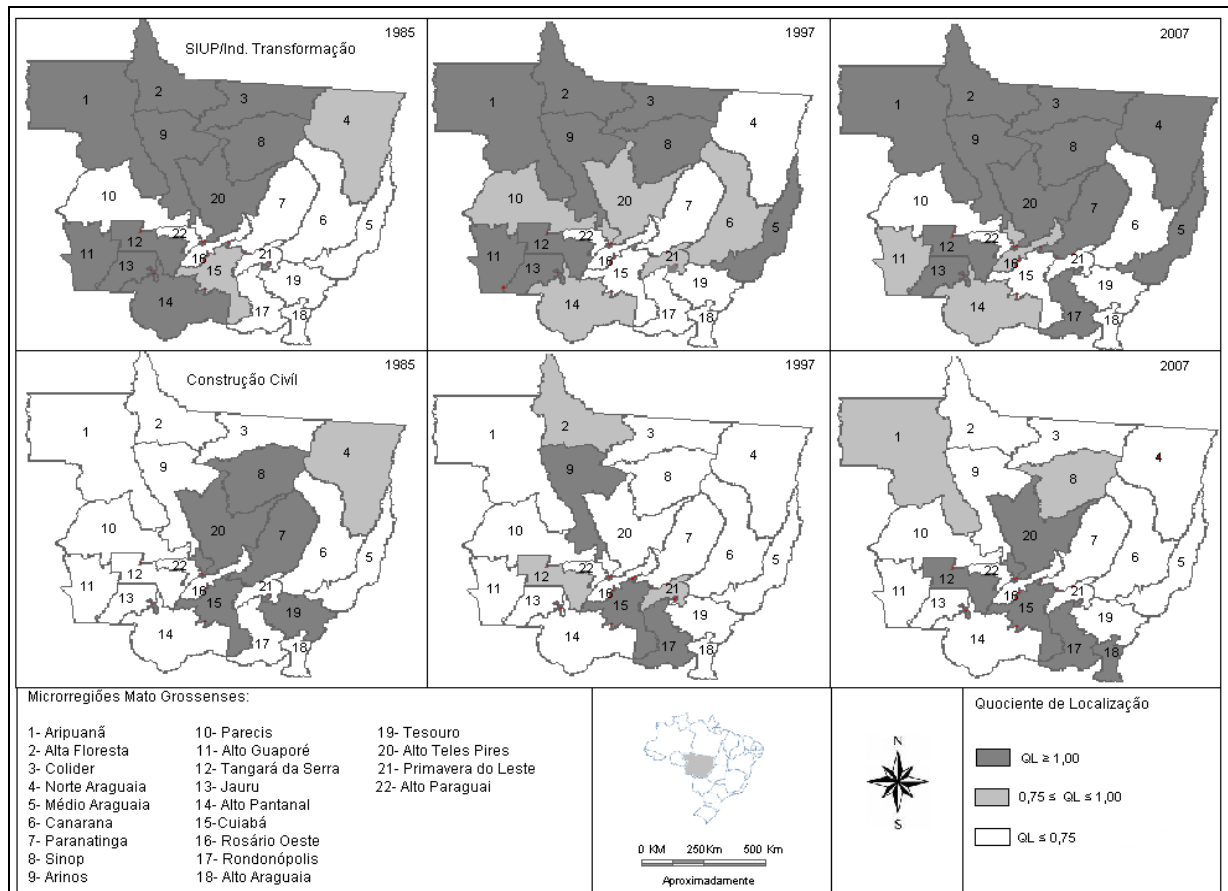


FIGURA 3 - PERFIL LOCACIONAL (QL) DA OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO MATO GROSSO – SETOR SECUNDÁRIO (1985 A 2007)

Fonte: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/MTE

Ressalta-se que o setor secundário, na década de 1985, têm um maior crescimento da sua população urbana, evidenciado nas microrregiões de Cuiabá, Tesouro, Paranatinga, Alto Teles Pires e Sinop. Essa população, inicialmente instalada na área rural, busca a extração mineral, inicialmente advindas da extração madeireira. Após o fim dessa atividade exploratória, estruturam-se as atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de soja, principalmente no leste e norte do Mato Grosso (Rondonópolis e Alto Teles Pires, respectivamente) e a pecuária de corte e leiteira nas microrregiões de Arinos, Alta Floresta e Aripuanã.

Entretanto, tais atividades nessa região brasileira, possuem uma baixa ocupação da mão-de-obra formal. Com isso, as famílias que ai chega, migram para as cidades, concentrando-se nas áreas urbanas, nas busca de infraestrutura, bem como trabalho e renda aos membros. Esse fato fica evidenciado na construção civil, com $QL \geq 1,00$ no centro e sul do Estado do Mato Grosso em 2007. Chama a atenção a microrregião Alto Teles Pires que contemplam cidades como Sorriso, referência no Estado e no Brasil em produção de

soja e cidades de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum que se instalaram frigoríficos de abate de gado bovinos, aves e suínos. Tais atividades foram fatores de incentivo à nova migração populacional do sul e sudeste do país com conseqüente estruturação de infraestrutura básica nas cidades.

Ao observarmos a microrregião Alto Teles Pires, vemos na mão-de-obra formal um vácuo na ocupação do território na década de 1997, evidenciada na atividade de construção civil. Uma das causas dessa desaceleração ocupacional esta ligada a diminuição sensível de recursos financeiros vindos até então de políticas públicas federais para a região Centro-Oeste neste período, fazendo com que houvesse uma retração nessa década, na migração para o Estado, que em 1990 teve 78,03% de crescimento em sua população e em 2000 foram apenas 22,76% na taxa de crescimento relativa (TABELA 1). No início do Século XXI, no entanto, o Estado não detém mais um crescimento significativo da migração, mas ainda é forte sua atratividade populacional se comparados ao Brasil, que em 2009 estimava-se em crescimento de 12,93%, enquanto no Mato Grosso estava em 19,86% sua taxa de crescimento relativo.

Tal crescimento da população esta ligada a expansão das atividades agropecuárias e como conseqüência, a industrialização de algumas matérias-primas na região. Isso fica delimitado a partir de meados da década de 2000, quando se instalam no Mato Grosso indústrias frigoríficas, laticínios, indústrias sucroalcooleiras e de extração de calcário, entre outros. Vê-se esse crescimento agroindustrial do Estado na Tabela 2, evidenciando o significativo crescimento do agronegócio e sua industrialização.

PRINCIPAIS PRODUTOS	1999		2008	
	Valor US\$ Mil	Quant (t)	Valor US\$ Mil	Quant (t)
COMPLEXO SOJA	247.699	1.499.111	1.737.664	3.847.379
Farelo de Soja	195.302	1.377.044	1.229.940	3.405.191
Óleo de Soja	52.397	122.068	507.724	442.188
CARNES	89.846	30.901	936.715	303.364
Bovina	89.108	30.254	698.015	185.195
Aves	738	646	201.920	105.829
Suína	0	0	36.780	12.340
ALGODÃO	2.478	2.072	436.036	359.755
COURO	12.990	6.713	65.648	18.487
MADEIRA	57.724	127.829	189.708	216.091
Serrada, Compensado	57.724	127.829	189.708	216.091
AÇUCAR	6.899	39.334	5.177	16.361
TOTAL	417.636	-	3.370.948	-

TABELA 2 - PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS EXPORTADOS DO MATO GROSSO
 FONTE: Sistema FIEMT (novembro 2009)

Com o crescimento do setor agroindustrial oriundos primeiramente do agronegócio, geraram-se novas demandas populacionais ao Mato Grosso, agora com maior incremento de especialização da mão-de-obra como conseqüência do crescimento tecnológico, envolvido nas atividades econômicas no Estado. Segundo o Sindicato das Indústrias de

Laticínios do Estado do Mato Grosso, (SINDILAT, 2010), há 57 empresas associadas ao complexo leiteiro e 23 frigoríficos de abates (SINDIFRIGO, 2010) no Estado. Por sua vez, o Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso, também divulgou a participação na economia das atividades econômicas do Estado: agropecuária com 28%; a indústria com 16%; o comércio com 13%; serviços 29% e governo com 14% (FIEMT, 2009)

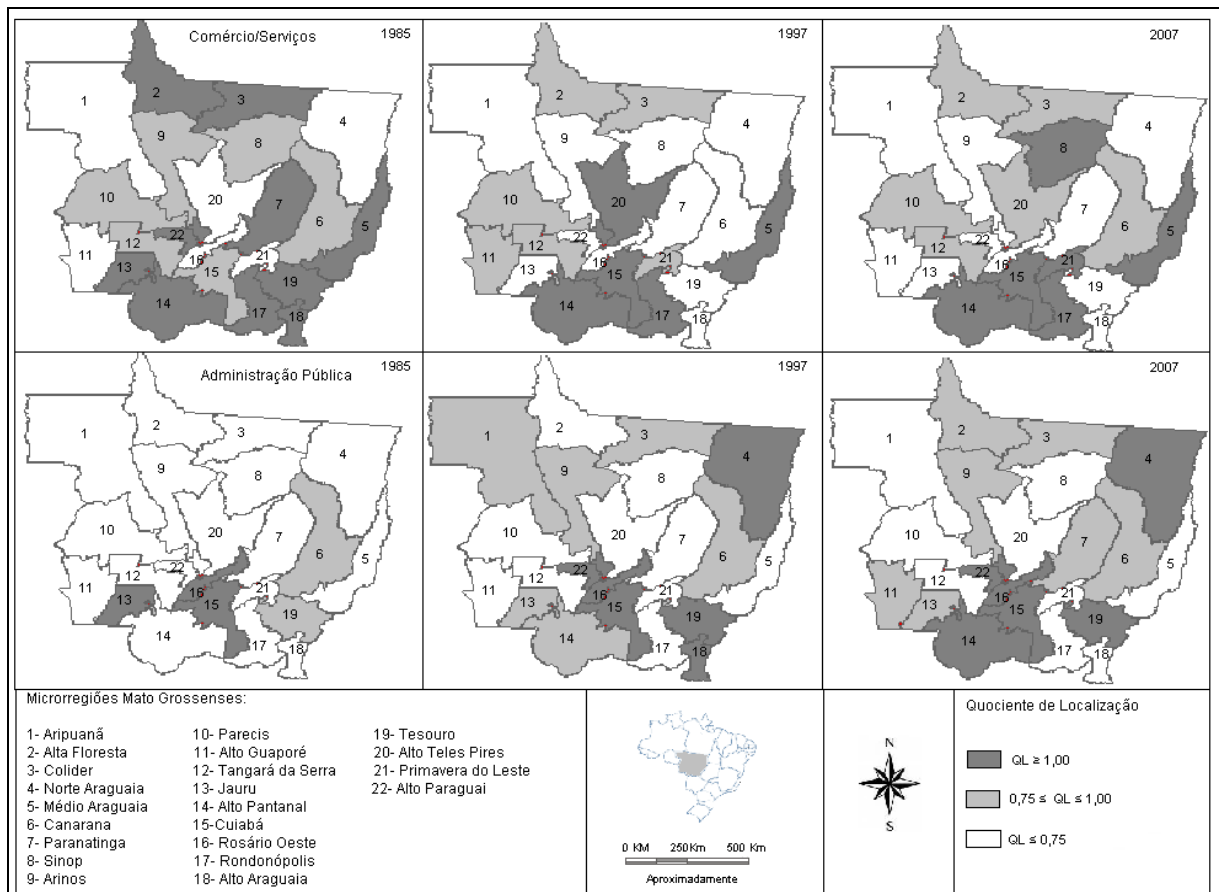


FIGURA 4 - PERFIL LOCACIONAL (QL) DA OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DO MATO GROSSO – SETOR TERCIÁRIO (1985 A 2007)

Fonte: Resultados da pesquisa, a partir de dados da RAIS/TEM

Enquanto o Estado do Mato Grosso torna-se referência nacional no agronegócio, identificados em cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, surgem também as cidades que vieram tornar-se pólos no setor terciário, como Sinop. Considerada cidade-pólo da microrregião Sinop, tornou-se referência na estruturação da mão-de-obra formal no setor de comércio e serviços, principalmente no ano de 2007 (FIGURA 4). Observa-se que esta atividade econômica tinha destaque na microrregião de Alta Floresta e Colíder nas décadas de 1985 a 1997, com seus $QL \geq 1,00$ nesse período.

Por sua vez, a atividade agropecuária, referência atual nessas duas microrregiões, utiliza menos mão-de-obra formal, fazendo com que surja o deslocando das famílias, para outras cidades que possuem serviços e comércio mais densos. Com isso, a população desloca-se para a microrregião Sinop na década de 2000, no norte do Estado, quando a

cidade vem a abrigar um grande número populacional a partir de então: em 2000 com 74.831 pessoas e 2010 com 111.643 habitantes (IBGE, 2010).

Outro fato que chama atenção, diz respeito a Microrregião Médio Araguaia, que engloba cidades que formam divisa com Goiás, prevalecendo nesta microrregião o comércio onde fortalece a busca de negócios no segmento varejista local, em virtude do acesso da população ser mais fácil a capital de Goiás (Goiânia), do que para Cuiabá,.

Por sua vez, atividades da Administração Pública é destaque na ocupação da mão-de-obra formal da região sul do Estado, em cidades que fazem divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul (Jauru, Cuiabá e Rosário Oeste), colonizadas ainda no século XVII, estimuladas pela extração mineral. Quando escasseou a extração mina atividade extrativista, a população local se aglomerou em volta dos povoados, que vieram a se firmar em municípios no século XX. Com isso, a necessidade de estruturação das mesmas cresceu e fortificou o serviço público em torno da capital (Cuiabá) e em cidades próximas (Várzea Grande e Rosário Oeste). Essa atividade também prevalece na ocupação e renda das famílias nas microrregiões de Alto Araguaia e Tesouro.

4. CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi analisar a evolução das atividades econômicas a partir da ocupação efetiva do Estado do Mato Grosso após a década de 1980, mostrando como as microrregiões do Estado do Mato Grosso estruturaram suas atividades produtivas.

Os resultados mostraram que o setor primário foi fortemente estimulado no centro e norte do Estado do Mato Grosso a partir de 2000, principalmente com a expansão da fronteira agrícola e o crescimento da pecuária. Entretanto, ao norte do Estado, a microrregião de Sinop e Colíder, teve seu núcleo econômico fortalecido pelo setor terciário, mais precisamente no ramo de comércio e serviços, informações evidenciadas pela análise do perfil locacional dos municípios.

Para o setor terciário como um todo, de 1985 a 2007, observou-se uma dispersão das atividades de comércio e serviço, sendo o serviço de Administração Pública evidenciado ao sul do Estado, principalmente nas microrregiões de Cuiabá e Rosário Oeste, com um alto QL. A maioria dos municípios ao centro e norte do Estado tem sua expansão nas atividades secundárias voltadas à indústria de transformação e SIUP. Isso se faz em decorrência da expansão da agroindústria, principalmente de indústrias frigoríficas no norte do Estado de Mato Grosso e nas indústria sucroalcooleira ao centro e leste do Estado o Mato Grosso, que

presentam elevações em seu QL, o que significa que os municípios ainda estão em transição, fortalecendo suas economias nas atividades urbanas.

Observa-se também que os municípios que integram as atividades urbanas avançaram no desenvolvimento de sua estrutura produtiva, mas fica evidenciado que ainda há uma grande dispersão da atividade rural, com o agronegócio sendo referência, com um alto QL em praticamente todo o Estado, mantendo sua estrutura produtiva com alta concentração de mão-de-obra nas áreas rurais. Por sua vez, a população urbana também cresceu e expandiu no período. Essa constatação visualiza-se em cidades como Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop que, após 2000, possuem um crescimento significativo em sua população, concomitantemente quando seus municípios e arredores tornam-se referência no Estado do Mato Grosso e no Brasil no crescimento das atividades primárias, servindo de estímulo à transferência de mão-de-obra do setor primário para os outros setores da economia.

Fica evidenciado que a dinâmica evolutiva socioeconômica do Estado de Mato Grosso está centrada na atividade agropecuária, mas possuem um expressivo destaque nas atividades da indústria de transformação nas microrregiões centro e sul do Estado, o que indica que há oportunidades para o desenvolvimento de atividades agroindustriais, além de maior diversificação produtiva em outros setores econômicos, como os industriais (Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum), de comércio e serviços, como a microrregião de Sinop, no norte do Estado e no sul as microrregiões de Alto Pantanal, Cuiabá, Primavera do Leste e Médio Araguaia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde esta o agro deste negócio?** Transformações socioespaciais do Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Campinas: UNICAMP, 2007. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Linha Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica:** questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. UnB / Ed. UFRJ, 1990.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia:** é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, nº 12 - setembro 2001. <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf> - acesso em: 13 nov. 2010

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, nº 19 (53), 2005.** In: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>- acesso em: 13 nov. 2010

BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** Boletim Mus. Para Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Agronegócio e desenvolvimento. In: SILVA, Valquíria da; CARDOSO DE MELLO, Nilda. (Org.). **Agronegócio: desenvolvimento, meio ambiente e sociedade. Ciclo de debates IEA 65 anos.** São Paulo: IEA/APTA/SAA, 2009. P. 9-26.

BORBA, Beatriz Aparecida S. de O. **A evolução socioeconômica da região norte de mato grosso e as perspectivas de desenvolvimento sustentável da região.** Trabalho de conclusão de curso. Curso de Ciências Econômicas. UNEMAT, 2009.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional.** Campo-território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRUPO DE PESQUISA RETIS. **Limites, fronteiras e redes.** UFRJ/IGEO/DEGEO. 18 de dezembro, 2003. In: <<http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira>> - acesso em: 13 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos/Várias edições: 1940/60/80/91/2000-2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados> acesso em: 27 nov. 2010

JIMENO, Myrian. Identidade e experiências cotidianas de violência. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

LIMA, Maria Helena Palmer (org). **Divisão Territorial do Brasil.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Departamento de Geografia. Departamento de Estruturas Territoriais. Brasília-DF: 2002. www1.ibge.gov.br/home/.../Anexo_C_6_3_1_1_DTB.doc – acesso em: 26 nov. /2010.

FERRERA DE LIMA, Jandir; CEZARO EBERHARDT, Paulo Henrique de; GENTILINI, Daiana Carolina; HECK, Augusto Luiz. **Mudanças estruturais da ocupação da mão-de-obra da economia regional do Sudoeste Paranaense no início do Século XXI.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, vol. 1, núm. 2, julho-diciembre, 2009, pp. 137-150

FERRERA DE LIMA, Jandir; CEZARO EBERHARDT; Paulo Henrique de. **Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**: perfil locacional do desenvolvimento regional. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, maio/ago. 2010, p. 134 -151.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. **Ocupação humana e transformações das paisagens na Amazônia brasileira**. Universidade de São Paulo/SP: **Amazônica** 1 (1): 200-228, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. Universidade de São Paulo: São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território brasileiro**: a criação de novos estados no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MULLER, Charles C.; MARTHA JR., Geraldo B. A agropecuária e o desenvolvimento sócio-econômico recente do Cerrado. In: **SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.**; **SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS**, 2. Brasília: Embrapa Cerrados, 12 a 17 de outubro de 2008.

OLIVEIRA, Ademir Machado de; BORBA, Beatriz Aparecida S. de O.; ORLANDI, Marines. **Elementos condicionantes da evolução socioeconômica de Mato Grosso e da Mesorregião Norte Matogrossense**. In: **XX Semana de Economia Brasileira, III Seminário de Desenvolvimento Regional e I Simpósio de Direito e Economia**. UNIOESTE: 13 a 16 de novembro de 2010.

RAFFESTIN, Claude. Entrevista. **Universidade de GENEBRA**. Entrevistador: **Marcos Aurélio Saquet**. Fonte: **Revista Formação**, n.15 volume 1 – p.01-05. <<http://departamentosgeoradical.blogspot.com/2009/10/prof-dr-claude>>. Acesso em 13 nov. 2010.

SEPLAM-MT. Secretaria do Planejamento do Estado do Mato Grosso. **MT em números. Aspectos econômicos. Aspectos sociais**. 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Lista de Associados**. SINDILAT, 2010. <http://www.sindilatmt.com.br/associados.php>. Acesso em 21/12/2010.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS FRIGORÍFICAS DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Lista de Associados**. SINDIFRIGO, 2010. http://www.sindifrigo.com.br/a_sindifrigo/index.asp?cod=30. Acesso em 21/12/2010.

SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MATO GROSSO – FIEMT. **Evolução da Economia Industrial no Estado 1999–2008**. Novembro de 2009. http://www.fiemt.com.br/ns/mostra_arquivo.php?arquivo=485. Acesso em 21/12/2010.

SINGER, Paul. **Crescimento econômico e distribuição espacial da população**. **Revista de Economia Política**. Vol 2/3, julho/setembro, 1982.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.